

# DESCOMPLICANDO POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988  
e a estrutura de proteção social brasileira



Natália Guimarães Duarte Sátyro  
Eleonora Schettini M. Cunha  
Organizadoras

( EDITORAufmg )

FINO TRACO  
**FT**

#2

# **DESCOMPLICANDO POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**

**A Constituição Federal de 1988  
e a estrutura de proteção  
social brasileira**



## **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitora Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor Alessandro Fernandes Moreira

## **EDITORA UFMG**

Diretor Flavio de Lemos Carsalade

Vice-Diretora Camila Figueiredo

## **CONSELHO EDITORIAL**

Flavio de Lemos Carsalade (Presidente)

Ana Carina Utsch Terra

Angelo Tadeu Caetano

Camila Figueiredo

Carla Viana Coscarelli

Élder Antônio Sousa e Paiva

Emília Mendes Lopes

Ênio Roberto Pietra Pedroso

Henrique César Pereira Figueiredo

Kátia Cecília de Souza Figueiredo

Lívia Maria Fraga Vieira

Luciana Monteiro de Castro Silva Dutra

Luiz Alex Silva Saraiva

Marco Antônio Sousa Alves

Raquel Conceição Ferreira

Renato Assis Fernandes

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi

Rita de Cássia Lucena Velloso

Rodrigo Patto Sá Motta

Weber Soares

Natália Guimarães Duarte Sátyro  
Eleonora Schettini M. Cunha  
*Organizadoras*

# **DESCOMPLICANDO POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**

**A Constituição Federal de 1988  
e a estrutura de proteção  
social brasileira**

**Volume 2**

( EDITORAufmg )

FINO TRACO  
**FT**  
EDITORA

Editora UFMG

|                               |                           |
|-------------------------------|---------------------------|
| Coordenação editorial         | Michel Gannam             |
| Direitos autorais             | Anne Caroline Silva       |
| Assistência editorial         | Eliane Sousa              |
| Coordenação de textos         | Clarissa da Cunha Vieira  |
| Preparação de textos          | Felipe Magalhães          |
| Coordenação gráfica           | Fernando Freitas          |
| Projeto gráfico               | A partir de Paulo Schmidt |
| Formatação e montagem de capa | Giovanni Barbosa          |
| Produção gráfica              | Warren Marilac            |

Fino Traço Editora

|                       |                       |
|-----------------------|-----------------------|
| Coordenação editorial | Betânia G. Figueiredo |
|-----------------------|-----------------------|

© 2023, As organizadoras

© 2023, Editora UFMG, Fino Traço Editora

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido  
por qualquer meio sem autorização escrita dos Editores.

---

D448 Descomplicando políticas sociais no Brasil : a Constituição Federal de 1988 e a estrutura de proteção social brasileira / Natália Guimarães Duarte Sátyro, Eleonora Schettini M. Cunha, organizadoras. - Belo Horizonte: Editora UFMG: Fino Traço, 2023.

178 p. : il. (Didática)

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5858-114-7 (Editora UFMG)

ISBN: 978-85-8054-608-8 (Fino Traço)

1. Brasil – Política social. 2. Políticas públicas – Brasil.

I. Sátyro, Natália. II. Cunha, Eleonora Schettini Martins, 1960-. III. Série.

CDD: 361.61981

CDU: 304(81)

---

Elaborada por Vilma Carvalho de Souza – Bibliotecária - CRB-6/1390.

Editora UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 – CAD II / Bloco III  
Campus Pampulha – 31270-901 – Belo Horizonte/MG  
Tel: + 55 31 3409-4650  
www.editoraufmg.com.br – editora@ufmg.br

Fino Traço Editora Ltda.  
editor@finotracoeditora.com.br  
www.finotracoeditora.com.br

## AGRADECIMENTOS

*Descomplicando políticas sociais no Brasil* é o resultado de um esforço coletivo que congregou o trabalho cuidadoso de 44 pesquisadores e pesquisadoras de 20 instituições distintas. Os autores e as autoras envolvidos são oriundos do Departamento de Ciência Política (DCP), do Departamento de Ciências Econômicas (ECN) e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), do Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro (FJP), do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto de Pesquisa e Ensino (INSPER), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Universidade de Brasília (UnB), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), do Departamento de Ciência Política (DCP-USP), do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-USP), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba (DGP-UFPB), da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (CIAGS-UFBA), da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS-UFG), da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), além de um administrador público da Câmara Municipal de Belo Horizonte e de especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do governo federal. Também contamos com a contribuição de 55 pareceristas de diversas instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, que gentil e anonimamente leram os capítulos, contribuindo com o aperfeiçoamento dos textos de forma significativa.

Foi com grande entusiasmo que coordenamos esse coletivo que se engajou na realização deste livro, portanto, a todas e todos que se envolveram, direta ou indiretamente, enviamos nosso agradecimento especial! Também agradecemos às agências de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), às fundações estaduais de pesquisa e a todas as instituições que financiam os estudos de autores, autoras e pareceristas, pois são esses incentivos que tornam possíveis trabalhos como este.

Por fim, resta dizer que o livro resulta das atividades realizadas no âmbito do Centro Interinstitucional de Análise de Políticas Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (CIAPSoc-DCP-UFMG), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFMG, e do Curadoria Pública (veja @curadoria-publica), que o integra.

*Natália G. D. Sátyro e Eleonora S. M. Cunha*

# SUMÁRIO

|                                                                                                    |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Prefácio</b>                                                                                    | <b>9</b>  |
| Gabriela Lotta                                                                                     |           |
| <b>Apresentação</b>                                                                                | <b>11</b> |
| <u>Capítulo 1</u>                                                                                  |           |
| <b>Seguridade Social</b>                                                                           | <b>19</b> |
| Uma construção permanente                                                                          |           |
| Sônia Fleury                                                                                       |           |
| <u>Capítulo 2</u>                                                                                  |           |
| <b>Federalismo e relações intergovernamentais nas políticas sociais</b>                            | <b>39</b> |
| Mais autonomia ou mais coordenação?                                                                |           |
| José Ângelo Machado                                                                                |           |
| <u>Capítulo 3</u>                                                                                  |           |
| <b>Capacidades estatais</b>                                                                        | <b>59</b> |
| Conceito, desdobramentos e efeitos nas políticas sociais                                           |           |
| Luciana Leite Lima                                                                                 |           |
| Rafael Barbosa de Aguiar                                                                           |           |
| Lizandro Lui                                                                                       |           |
| <u>Capítulo 4</u>                                                                                  |           |
| <b>Como a família se insere na política social?</b>                                                | <b>77</b> |
| Natália Guimarães Duarte Sátyro                                                                    |           |
| Clarisse Goulart Paradis                                                                           |           |
| Iris Gomes dos Santos                                                                              |           |
| <u>Capítulo 5</u>                                                                                  |           |
| <b>Como a participação nos conselhos e nas conferências pode influenciar as políticas sociais?</b> | <b>95</b> |
| Eduardo Moreira da Silva                                                                           |           |



## Capítulo 6

### **A participação de organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas de proteção social 113**

Marcelo Marchesini da Costa

Laís de Figueirêdo Lopes

## Capítulo 7

### **Evidências, interesses e políticas públicas 133**

Quem são os *Think Tanks* e por que precisamos conhecê-los?

Juliana Hauck

## Capítulo 8

### **Como, e por que, a ideologia importa? 151**

Carlos Ranulfo Melo

## Capítulo 9

### **Justiça, política e políticas públicas 165**

Interações e suas consequências

Vanessa Elias de Oliveira

## CAPÍTULO 8

# COMO, E POR QUE, A IDEOLOGIA IMPORTA?

CARLOS RANULFO MELO

### Objetivos do capítulo

1. Explicitar o que se entende por ideologia, apresentar as diversas dimensões que podem compô-la e definir a principal delas: a dimensão esquerda/direita.
2. Explorar a mudança nas relações entre Estado e mercado nas sociedades contemporâneas, aspecto essencial nas relações esquerda/direita e na produção de políticas públicas.
3. Mostrar como os partidos brasileiros se distinguem ideologicamente e como essa distinção se relaciona com diferenças programáticas no que se refere ao papel do Estado.
4. Apresentar como as diferentes concepções ideológicas influenciaram a formulação e a implementação da política de assistência social desde a redemocratização até os dias de hoje.

### Introdução

Uma característica central das democracias é a realização de eleições livres, justas e periódicas, por meio das quais a cidadania pode escolher seus representantes e trocar, ou manter, governos. Em algumas dessas ocasiões, a mudança implica em colocar, à frente do país, governantes que possuem concepções de mundo diferenciadas. Foi o que ocorreu no Brasil em 2002, quando Lula (PT) assumiu a Presidência da República no lugar de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ou, em 2018, por ocasião da eleição de Jair Bolsonaro (PSL).

Quando isso acontece, estamos diante de uma alternância ideológica. Mas qual a importância desse tipo de mudança para a vida das pessoas? Se for verdade que “político é tudo igual”, não estaríamos apenas trocando seis por meia dúzia? Este capítulo ajuda a responder perguntas como essas. Para tanto, procura mostrar porque a ideologia – a maneira como os partidos e suas lideranças compreendem a sociedade em que vivem – importa para as políticas que serão implementadas no governo.

## O que é ideologia?

---

O que entendemos quando alguém diz que determinada pessoa “agiu ideologicamente”? É comum interpretar essa afirmação como indicando um movimento feito a partir de uma visão de mundo intransigente e pouco sensível a dados e fatos que melhor expressem a realidade. De fato, uma ideologia remete a determinada concepção de mundo, mas isso não significa que para agir ideologicamente se deva fechar os olhos ao que nos rodeia e à interação com outras pessoas e ideias.

Uma ideologia pode ser considerada um conjunto de conceitos, valores e símbolos que incorporam concepções da natureza humana e que se desdobram sobre o que devem, ou não, fazer indivíduos e coletividades para atender suas necessidades e interesses. Uma ideologia pode ser “fechada”, quando este conjunto de ideias se proclama como o único autorizado a conduzir as interações humanas, ou “aberta”, quando reconhece que as sociedades são plurais e que, portanto, nenhuma concepção tem inequívoca prevalência sobre outras.

A definição esboçada acima se ancora em dois pontos distintos. Primeiro, é preciso articular um conjunto de ideias. Segundo, atua-se com base nessas ideias. E é devido a esse segundo ponto que se pode falar na ideologia como um guia para a atuação política. Nas palavras de Anthony Downs (1999, p. 117), ideologia é “uma imagem verbal da boa sociedade e dos principais meios para construir tal sociedade”.

Geralmente uma concepção ideológica se define tendo em vista sua contraposição. Nas revoluções Inglesa (século XVII) e Francesa (século XVIII), por exemplo, era possível distinguir entre *liberais* e *conservadores*, com os primeiros defendendo reformas progressistas e se articulando contra as posições monarquistas dos segundos. Com o tempo e o crescimento do movimento socialista a partir do século XIX, liberais e conservadores foram se aproximando, ainda que mantivessem suas diferenças: assim o fizeram, na Inglaterra, os partidos Liberal e Conservador, uma vez consolidado o Partido Trabalhista.

Mais recentes são as distinções entre *autoritários* e *libertários* ou entre *populistas* e *pluralistas* (NORRIS, 2019). Movimentos ou partidos *autoritários* defendem normas e valores convencionais e em nome da ordem expressam intolerância a todos que discordem de suas posições. Sua antítese é dada pela ênfase nos valores do individualismo e da libertação pessoal, característica dos *libertários*.

Já os *populistas*, de acordo com Norris (2019, p. 893), podem ser identificados por meio de um discurso “que tem como base duas afirmações centrais: (i) a única autoridade democrática legítima flui diretamente do povo; e (ii) as elites estabelecidas são corruptas, traem a confiança pública e frustram a vontade popular”. Trata-se de um discurso que tem sido usado, às vezes com sucesso, contra a legitimidade de governos e instituições democráticas mundo afora. Seu contraponto é dado pelo *pluralismo* com sua tolerância ao multiculturalismo e à diversidade social na sociedade, adesão ao sistema de freios e contrapesos<sup>1</sup> e respeito aos direitos das minorias que marcam as democracias liberais.

Uma quarta maneira de se entender as divisões ideológicas remete às noções de *esquerda* e *direita*. Esta será a maneira como o termo ideologia será tratado nesse capítulo e isso por duas razões. Em primeiro lugar, devido à sua abrangência: por se vincular, desde o século XIX, à clivagem capital *versus* trabalho, *esquerda* e *direita* podem significar mais ou menos a mesma coisa em qualquer parte do mundo e, graças a isso, são largamente utilizados no estudo de partidos e movimentos. Em segundo lugar, como ficará claro na sequência do capítulo, a distinção entre esses dois conceitos remete diretamente ao papel do Estado e das políticas públicas nas democracias.

A distinção entre *esquerda* e *direita* remete aos debates da Assembleia francesa em 1791, quando deputados que se posicionavam contra a monarquia se sentavam à esquerda da mesa que dirigia os trabalhos. No século XIX, a distinção “cola-se” ao conflito de classe e à clivagem capital/trabalho. O termo *esquerda* passa a caracterizar os movimentos e partidos surgidos dos conflitos vinculados à Revolução Industrial, à tentativa de superação do capitalismo e a uma perspectiva de mudança radical. No século XX, progressivamente a grande maioria dos partidos e dos movimentos de esquerda abandona a perspectiva revolucionária e passa a focar sua atenção na ação do Estado – um Estado do Bem-Estar Social – como agente redistributivo e corretor de desigualdades.<sup>2</sup>

As razões pelas quais a esquerda moderou sua postura ao longo do tempo encontram-se vinculadas a três fenômenos: o sucesso do Estado do Bem Estar, em especial nos países mais desenvolvidos nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra; o fracasso das experiências iniciadas com as revoluções socialistas do século XX; e a hegemonia do neoliberalismo, na esteira da globalização

1 O sistema de freios e contrapesos parte do princípio de que, para prevenir a tirania, todo poder deve ser controlado por uma força externa a ele, ou seja, um outro poder. Desta forma, cada poder (Executivo, Legislativo, Judiciário) atua com autonomia no exercício de suas funções, mas sob a supervisão dos demais, que podem “frear” medidas abusivas. Como um poder tem condições de controlar o outro, o sistema funciona na base de “contrapesos”.

2 Os Estados do Bem-Estar Social, *Welfare State* em língua inglesa, rompem com a concepção segundo a qual caberia ao Estado um papel mínimo, restrito quase que inteiramente à manutenção da lei e da ordem. Com base na experiência dos primeiros governos de esquerda nos países nórdicos e nas ideias de John Keynes, o século XX assistiu a uma expressiva expansão da atuação do Estado nas áreas econômica e social. Na área econômica, o Estado do Bem-Estar passou a atuar como contraponto ao mercado, com o objetivo de reduzir as desigualdades características das sociedades capitalistas. Na área social, a ideia é possibilitar que cada cidadão tenha garantido, pela ação direta do Estado, um conjunto de direitos – saúde, educação, moradia etc. – independentemente de sua renda. Os países que mais avançaram nesse sentido foram os nórdicos, ao passo que os Estados Unidos, entre as mais fortes economias, é o melhor exemplo de um *Welfare* pouco desenvolvido. No Brasil, o SUS constitui o melhor exemplo de atuação de um Estado do Bem-Estar.

da economia. O primeiro mostrou ser possível melhorar a condição de vida dos trabalhadores sem assumir o pesado custo de uma revolução. Os outros dois, consumados após a década de 1980, impuseram limites às estratégias reformistas: enquanto o fracasso do socialismo foi entendido como o fim da única alternativa ao capitalismo, a globalização e o predomínio das concepções neoliberais alteraram o equilíbrio econômico e político entre capital e trabalho, deslocando fortemente a balança a favor do capital e reduzindo as opções no plano macroeconômico, o que fez com que os governos adotassem políticas semelhantes, quer fossem de direita ou de esquerda.

Mas o fato de que a distância entre direita e esquerda tenha diminuído não significa que a distinção tenha se apagado ou perdido a relevância. Como bem apontou Bobbio (1995), o que continua a distinguir os dois conceitos são as atitudes relativas à igualdade. É com base nesse ponto que Luna e Kaltwasser (2014, p. 4) definem

a direita como uma posição política que se distingue pela crença de que as principais desigualdades entre os indivíduos são naturais e situam-se além do alcance da ação estatal. Por contraste o que caracteriza a esquerda é a ideia de que as principais desigualdades entre os indivíduos são artificiais e devem ser enfrentadas por meio da ação estatal.

Por fim, cabe destacar que a distinção esquerda e direita não permite que se profile, ao lado da primeira, as boas características da atuação política, deixando as más para a segunda. E isso por duas razões. Em primeiro lugar, porque a posição assumida pelos partidos, ou pelos cidadãos, em termos de esquerda/direita, não necessariamente corresponde a uma determinada posição nas outras dimensões anteriormente referidas. Nem toda direita é autoritária e conservadora e nem toda esquerda é democrática e progressista. Forças de direita apoiaram os golpes militares na América Latina, enquanto as experiências socialistas do século XX deram origem a regimes tão ou mais autoritários que “nossas” ditaduras. Da mesma forma, no tratamento da homossexualidade, das questões de gênero ou das políticas ambientais, tanto é possível encontrar lideranças de esquerda associadas a posturas progressistas como a atitudes conservadores. E o mesmo vale para a direita. Em segundo lugar, porque a dimensão esquerda/direita é mais bem compreendida como uma escala, na qual as posições assumidas vão desde uma estatização completa da economia, dos serviços e dos recursos até, no outro extremo, um Estado cuja atuação seja restrita à manutenção da lei e da ordem.

---

## **Ideologia, Estado e políticas públicas**

O que as políticas públicas têm a ver com a ideologia e, especificamente, com a distinção entre políticas de esquerda e de direita? A resposta passa pelo papel do Estado nas sociedades contemporâneas.

Estado e mercado são dois agentes que atuam na regulação e na redistribuição dos bens e serviços que as sociedades necessitam no seu cotidiano. Eles são movidos por forças distintas. O primeiro, nas democracias, tem que levar em conta o voto popular na sua tomada de decisões; o segundo move-se exclusivamente pelas leis da oferta e procura e pela quantidade de capital. Os resultados da regulação e da redistribuição são obviamente distintos nos dois casos.

O cenário posterior à Segunda Guerra Mundial amenizou as tensões entre esses dois agentes. E o fez devido a uma confluência de tendências capaz de dar suporte para que uma ampla gama de políticas sociais e econômicas fosse liderada pelo Estado, que deveria ser usado como elemento de estabilização e redistribuição. Acompanhando esse consenso havia tanto a sombra da revolução russa e de uma esquerda e um movimento sindical poderosos como uma nova classe de capitalistas que percebia a necessidade de buscar meios para reduzir os riscos do mercado, não para os trabalhadores, mas para seus negócios.

Isso gerou uma espécie de “compromisso” (PRZEWORSKI, 1989) entre capital e trabalho e possibilitou três décadas de crescimento econômico e estabilidade nas sociedades democráticas mais antigas. A partir de meados da década 1970, no entanto, o compromisso começou a se romper. As taxas de crescimento diminuíram nas economias centrais e a renda dos mais pobres estagnou, ou decaiu, com o surgimento de um desemprego estrutural e/ou com a fuga dos locais de trabalho para o setor de serviços, no qual os salários tendem a ser menores. Por sua vez, os Estados nacionais viram seus gastos aumentarem – em função da quantidade de pessoas demandando seus serviços e do envelhecimento da população – sem que o mesmo acontecesse com suas receitas. O resultado foi um aumento, que se mantém até os dias de hoje, da dívida pública na imensa maioria dos países. O rompimento do “compromisso” teria, portanto, uma razão: na visão dos agentes do mercado, havia Estado, e direitos, em demasia.

No século XXI firma-se o que Schäfer e Streeck (2013) qualificam como a “era da austeridade”, a partir da tese de que as demandas coletivas sobre o orçamento público teriam excedido o que era necessário e sustentável em uma economia de mercado. Tal crescimento, por sua vez, seria o resultado da competição política por recursos do Estado. Para os agentes do mercado, juntamente com o Estado, a democracia levaria parte da culpa: os ciclos eleitorais gerariam efeitos perversos sobre a economia – aumentando a expectativa dos cidadãos; induzindo políticos a inflar suas promessas e forçando um superdimensionamento da máquina e da dívida pública. Controlado por agentes que buscam auferir mais e mais recursos de economias combalidas, a atuação estatal seria ineficiente – impostos aumentariam os custos do trabalho e do capital, reduzindo os investimentos.

A ofensiva neoliberal foi bem-sucedida. Nas palavras de Przeworski (2020, p. 139-140), o que se assistiu foi a uma ação “premeditada, planejada, amplamente promovida por todos os grupos de especialistas imagináveis e imposta pela influência dos Estados Unidos nas instituições financeiras internacionais, sob o código de Consenso de Washington”. Seu componente ideológico torna-se



evidente quando se percebe que o período de baixas taxas de crescimento e contínuo aumento da dívida pública, ao contrário do que pretende a tese neoliberal, coincidiu com um declínio da participação eleitoral e da capacidade de negociação coletiva dos sindicatos, e com um processo de liberalização econômica – e não de crescente intervenção estatal (SCHÄFER; STREECK, 2013).

No século XXI, a globalização da economia – possível graças à desregulamentação da circulação de capitais e à revolução tecnológica – consolidou uma reorganização espacial da produção, gerando uma economia desterritorializada e uma mudança dos centros decisórios. Os Estados nacionais passaram por processos de reforma que diminuíram o tamanho do setor público, privatizaram, quebraram monopólios, reduziram o quadro de funcionários e flexibilizaram gerencialmente a máquina pública. Além disso, perderam autonomia no que se refere às políticas macroeconômicas e se viram forçados, pelos advogados do “Consenso”, a escolher entre o crescimento e o enfrentamento das desigualdades, o que levou à subordinação das políticas sociais ao chamado equilíbrio fiscal. Paralelamente, a reorganização do mundo do trabalho alterou a composição da classe trabalhadora e reduziu o poder de barganha dos sindicatos. O mercado, dominado pelo capital financeiro e apátrida, não vê mais necessidade de bancar o compromisso firmado nos anos do pós-guerra.

O resultado de todo esse processo pode ser sentido em dois níveis. No plano da economia, apesar de décadas de “enxugamento” do Estado, as taxas de crescimento continuam baixas e a dívida pública segue aumentando. Por outro lado, há uma estagnação da renda dos extratos mais baixos da sociedade, um aumento acentuado da desigualdade mesmo nos países “ricos” e um abalo da crença no progresso material intergeracional e do otimismo sobre o futuro dos filhos (PRZEWORSKI, 2020).

No plano político, os governos terão que responder a duas pressões distintas. Por um lado, o mercado cobrará políticas “responsáveis”, o que significa pressionar para que o equilíbrio orçamentário e fiscal nos diferentes países seja perseguido por meio de um corte nas despesas, o que inclui aquelas destinadas às políticas sociais. Por outro lado, isso entrará em conflito com as demandas dos cidadãos, em especial aqueles que, em maior ou menor grau, necessitam de bens e serviços públicos. Será impossível aos governos dos países democráticos atenderem a cidadãos e mercados ao mesmo tempo (SCHÄFER; STREECK, 2013; MAIR, 2014).

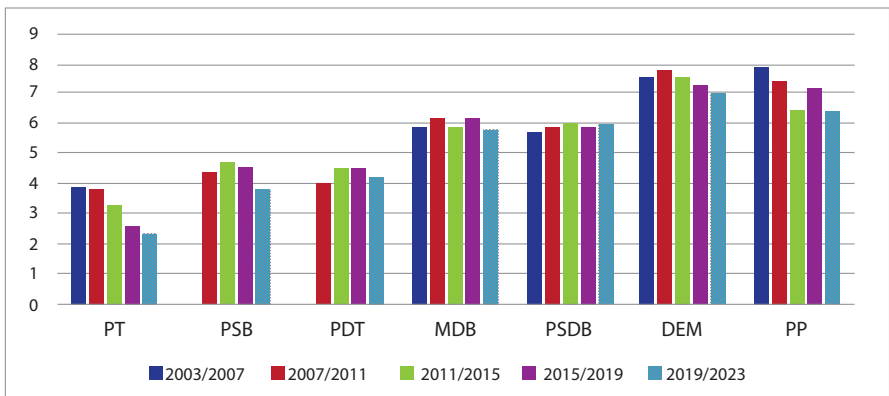
Ao que tudo indica, é nesse contexto que governos de *direita* e de *esquerda* devem operar daqui para frente. Coerente com sua trajetória e sua concepção sobre o mercado como mecanismo efetivo de redução das desigualdades, a direita será estimulada a remar a favor da maré, escolhendo maximizar a responsabilidade aos ditames da economia globalizada em detrimento da responsividade diante dos cidadãos. Já a esquerda tentará justificar sua presença à frente dos governos invertendo as prioridades.

## Os partidos brasileiros e a escala esquerda/direita

A partir dessa seção, o capítulo traz a discussão para o Brasil. E o faz procurando responder a duas perguntas: como se posicionam os partidos brasileiros na escala esquerda/direita? Esse posicionamento é consistente e pode ajudar os cidadãos a entenderem a política?

O Gráfico 1, a seguir, ajuda nas respostas. Nele estão representadas as escolhas de deputados e deputadas, em cinco legislaturas na Câmara dos Deputados,<sup>3</sup> quando solicitados a posicionar os principais partidos brasileiros de acordo com a escala esquerda/direita, na qual a posição 1 correspondia à esquerda e a 10 à direita. Dois aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, os dados permitem distinguir três agrupamentos razoavelmente distintos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrático Brasileiro (PDT), situados à esquerda; Democratas (DEM) e Progressistas (PP) situados à direita, e entre eles o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Em segundo lugar, a localização dos partidos na escala pouco se altera, apesar de as entrevistas cobrirem um longo período e de parlamentares distintos a cada legislatura serem ouvidos – exceções parciais são o PT e PP, que teriam se deslocado à esquerda e ao centro respectivamente. Em síntese, a distribuição ideológica dos partidos brasileiros, na escala esquerda/direita, mostra-se estável.<sup>4</sup>

**Gráfico 1 – Partidos e ideologia segundo a opinião dos deputados federais**

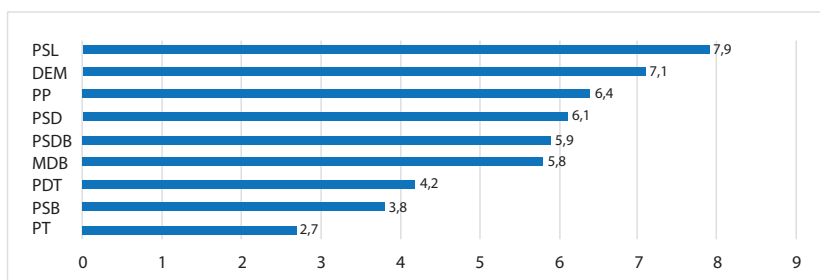


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Centro de Estudos Legislativos do DCP-UFMG.

- 3 Os dados provêm do projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia”, conduzido pelo Centro de Estudos Legislativos (CEL) do DCP-UFMG desde 2005. Nas cinco legislaturas, foi entrevistada uma amostra de parlamentares levando em conta o tamanho dos partidos.
- 4 Esses partidos estiveram presentes no cartão de resposta apresentado aos parlamentares nas diversas legislaturas. Houve mudanças neste período: o DEM chamava-se Partido da Frente Liberal (PFL); o MDB retomou a denominação do período da ditadura depois de quatro décadas como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e o PP teve outros dois nomes: Partido Progressista Renovador (PPR) e Partido Progressista Brasileiro (PPB).

Os gráficos 2 e 3 (MELO, 2021) permitem explorar um pouco mais o quadro, levando em conta apenas a legislatura que tem início em 2019. O Gráfico 2 mostra a posição dos partidos na escala esquerda/direita e permite incluir dois partidos que recentemente adquiriram relevância: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Social Liberal (PSL), com este último destacando-se à direita, enquanto o primeiro aparece mais próximo ao centro.

### Gráfico 2 – Os partidos na escala esquerda-direita (Legislatura 2019–2023)



Fonte: elaborado pelo autor com base em Melo (2021).

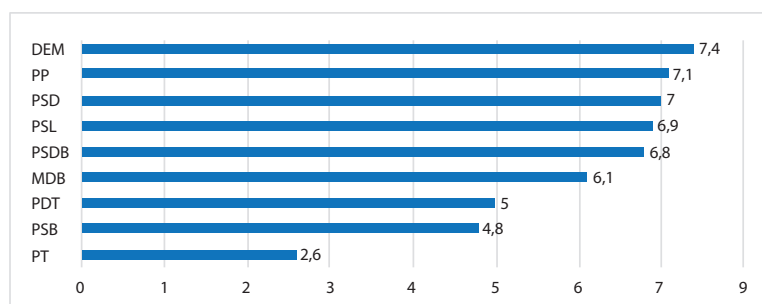
A emergência do PSL no cenário partidário brasileiro, após a eleição de Bolsonaro, possibilita dois comentários, nesse caso a respeito dos cidadãos.<sup>5</sup> Pesquisas realizadas pelo projeto “A Cara da Democracia no Brasil”, em 2018, antes da eleição, e em 2019, mostram uma expressiva redução no percentual dos cidadãos que não sabiam ou optavam por não se localizar na escala esquerda/direita e um correspondente aumento no percentual dos que se declaravam de direita: enquanto o primeiro caía de 38,7% para 23,7%, o segundo subia de 21,8% para 32,4%! O percentual dos que se situavam ao centro permaneceu estável e entre os de esquerda registrou-se um crescimento de 16,6% para 20,5%. A mudança pode ser explicada pela eleição de 2018. Pela primeira vez, desde a redemocratização, a eleição presidencial foi vencida por um candidato que se vangloriava de representar uma direita radical, enaltecia valores conservadores e posturas reacionárias, ao mesmo tempo que atacava violentamente a esquerda e todo um conjunto de causas progressistas. Nem Collor havia feito isso. Uma pesquisa feita em 2021, pelo mesmo projeto, mostrou que o efeito da campanha se manteve, com o percentual de cidadãos que se consideram de direita chegando a 35,7%.<sup>6</sup> É também oportuno verificar que, segundo dados da pesquisa realizada em 2019, os cidadãos conseguiram posicionar de forma consistente os dois principais partidos que se enfrentaram no segundo turno de 2018. Segundo os entrevistados, o PT deveria ser situado na posição 3 na escala esquerda/direita, enquanto o PSL ficaria na posição 6,9.

<sup>5</sup> Quando este capítulo estava em fase de revisão, PSL e DEM decidiram se fundir, dando origem ao União Brasil.

<sup>6</sup> O projeto “A Cara da Democracia no Brasil” integra o INCT/IDDC (Instituto de Democracia e da Democratização da Comunicação), coordenado pelo prof. Leonardo Avritzer (DCP-UFGM) e do qual participam pesquisadores do CEL (DCP-UFGM), da UNICAMP, do IESP/UERJ e da UNB. Foram considerados de esquerda os entrevistados que, em uma escala de 1 a 10, posicionaram-se entre 1 e 4, de centro os que optaram pelas posições 5 e 6, e de direita os restantes.

Feitos os comentários, cabe voltar especificamente aos partidos e perguntar se sua posição na escala esquerda/direita tem relação com aquilo que lhe é central, ou seja, a percepção sobre o papel do Estado nas sociedades contemporâneas. A pergunta pode ser respondida por meio da comparação entre o Gráfico 2 e o que vem a seguir. O Gráfico 3 mostra a posição dos partidos na escala estado/mercado, na qual os valores variam de 1 (máxima presença do Estado) a 10 (máxima presença do mercado).<sup>7</sup>

### Gráfico 3 – Média das posições estado/mercado por partido (Câmara dos Deputados 2019–2023)



Fonte: elaborado pelo autor com base em Melo (2021).

O gráfico apresentado é visualmente semelhante ao Gráfico 2, embora existam diferenças: PSB e PDT estão mais distantes do PT do que do MDB e este, junto com o PSDB, encontra-se mais próximo da direita; por sua vez, o PSL deixa ao DEM o posto de “mais neoliberal” da turma. Não se deve estranhar o fato de que partidos de centro e de direita compartilhem opiniões sobre o papel do Estado na economia – isso ocorre nas democracias mundo afora e reflete a penetração das ideias veiculadas pelo Consenso de Washington. Por outro lado, a composição das bancadas do PSB e do PDT mostra partidos ideologicamente menos coesos que o PT. Mas a disposição geral dos partidos, nos dois gráficos, indica que partidos situados à direita colocam mais ênfase na ação do mercado do que na presença do Estado, como seria de se esperar.

De forma complementar, é possível verificar como as diferenças ideológicas se manifestam quando os partidos, por meio de posicionamentos oficiais, abordam o papel do Estado na economia. Para tanto foram selecionados trechos de documentos de quatro partidos. O Quadro 1 destaca o União Brasil, que em 2022 surgiu da fusão entre os já mencionados DEM e PSL, e o Novo, que, apesar da pequena expressão eleitoral, é o partido que de forma mais consistente se enquadra na definição de direita apresentada no início do capítulo. No Quadro 2, são apresentadas as posições do PT e do PSOL.

7 Para chegar à posição dos partidos, operou-se da seguinte maneira: (1) aos parlamentares foram apresentadas três questões; (2) a posição de cada deputado(a) foi definida por meio da média das três respostas; (3) a posição de cada partido, na Figura 3, corresponde à média da posição de seus parlamentares. As três questões foram: (1) “No debate econômico, o(a) Sr.(a) poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado?” (2) “Na opinião do(a) Sr.(a), qual o nível de controle que o Estado deve ter sobre a gestão de serviços públicos?” (3) “Na opinião do(a) Sr.(a), qual o nível de controle o Estado deve ter sobre os recursos naturais, como gás, petróleo, ou os minerais?”.

**Quadro 1 – O papel do Estado segundo posicionamentos de partidos de direita**

| Partido      | Posicionamentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| União Brasil | “Somos a favor de privatizações, da eficiência do gasto e da diminuição da carga de impostos. O Estado não é capaz de gerir tudo e a iniciativa privada é muito mais eficiente na gestão das empresas e dos recursos. A privatização garante a desburocratização, a independência política nas ações e diminui o risco de corrupção. [Defendemos a] execução de uma política de gastos públicos, eficaz e equilibrada, austera e não inflacionária. O Estado brasileiro custa muito e entrega pouco. Essa equação tem produzido imenso desgaste junto aos cidadãos brasileiros, que se rendem ao ceticismo e ao desencanto com o país porque pagam muito imposto e em troca recebem serviços precários” (UNIÃO BRASIL, s.d.). |
| NOVO         | “O Estado brasileiro atua contra o livre mercado, dificultando o empreendedorismo, o crescimento econômico e a geração de empregos. [...] O brasileiro não precisa de um Estado grande porque é pobre, ele é pobre justamente por ter um Estado grande. [...] Vamos lutar por um Estado menos intervencionista, com menos impostos e menos burocracia. [...] Buscamos a redução da máquina pública e a responsabilidade fiscal, para que o governo faça um uso eficiente do dinheiro dos brasileiros e jamais gaste mais do que arrecada. [...] Defendemos a privatização de todas as estatais” (AMOÊDO, 2018).**                                                                                                             |

\*Trechos dos itens 31 e 35 do Manifesto do União Brasil.

\*\*Trechos do Programa de Governo de João Amoedo, candidato à Presidência em 2018.

Fonte: elaborado pelo autor.

**Quadro 2 – O papel do Estado segundo posicionamentos de partidos de esquerda**

| Partido | Posicionamentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PT      | “Retomar os investimentos públicos em projetos capazes de gerar empregos e dinamizar a economia, utilizando todos os mecanismos de financiamento ao alcance do Estado. Retomar e ampliar os financiamentos para pessoas físicas e empresas por meio dos bancos públicos. Suspender os processos de privatização em andamento e retomar os investimentos das estatais. Revogar a Emenda Constitucional 95 (que estabelece teto para os gastos públicos) para recuperar os investimentos em saúde, educação, programas de proteção social e de transferência de renda” (PT, 2020).*                                                                                                                                |
| PSOL    | “Trata-se de um programa focado em uma política de investimentos direcionada à melhoria dos serviços públicos e da infraestrutura e na redução das desigualdades regionais, com um forte componente de geração de empregos e de melhoria direta das condições de vida da classe trabalhadora. [...] O controle público sobre essa política demanda um maior protagonismo das empresas estatais e bancos públicos. [...] Reverter o processo de desmonte dos bancos públicos e das empresas estatais [é necessário] para recuperar a capacidade de planejamento e coordenação dos investimentos de longo prazo em setores estratégicos, visando o crescimento econômico sustentável” (BOULOS; GUAJAJARA, 2018).** |

\*Trechos do documento “Propostas para enfrentar o coronavírus e retomar o crescimento econômico” de 13 mar. 2020.

\*\*Trechos do programa de governo de Guilherme Boulos, candidato à presidência em 2018.

Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda que os trechos apresentados não abarquem de forma cabal a posição dos partidos, eles são representativos das diversas visões defendidas a respeito do Estado no contexto brasileiro. Tal como acontecia com o DEM e o PSL, o União Brasil não chega a defender um “estado mínimo”, mas aponta suas baterias contra o Estado brasileiro que, por custar muito e gastar mal, precisa ser reduzido, sob pena de gerar ceticismo entre os cidadãos. Já o NOVO defende que “o Estado brasileiro atua contra o livre mercado, dificultando o empreendedorismo, o crescimento econômico e a geração de empregos”. Os dois partidos defendem a manutenção das privatizações e o “enxugamento” do Estado como única forma de torná-lo “eficiente”. A diferença é marcante quando se leva em conta uma nota oficial da Direção Nacional do PT, de 2020, ou o Programa de Governo de Boulos (PSOL) na eleição de 2018. Em ambos, a saída para a crise enfrentada pelo país passa por uma recuperação do Estado como indutor do desenvolvimento.

### **Política de assistência social: a ideologia importa?**

---

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC), eleita em 1986, lançou as bases para um Estado do Bem-Estar no país. Especificamente, é a partir desse momento que se inscreve no arcabouço constitucional brasileiro a noção de que a assistência social seria um direito do cidadão e um dever do Estado. E ainda que os dispositivos definidos pela ANC não pudessem, por si só, garantir a construção de uma nova concepção de política social, eles definiram um campo favorável aos que apostavam na ação estatal como redutora de desigualdades e abriram caminho para a construção de um inédito sistema de proteção baseado em princípios universais e na solidariedade social.

Não obstante, o Brasil teve que esperar um longo período até que fosse possível institucionalizar uma política nacional de assistência social. O motivo? O impacto da ideologia dos diferentes governos sobre as políticas traçadas. Como lembram Sátyro e Cunha (2014), foram necessários cinco anos para que fossem vencidos os obstáculos colocados durante os governos Collor e Itamar Franco e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS-1993) fosse aprovada no Congresso.

A situação começou a mudar nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula. Mas também aí as diferenças foram grandes. Ainda que a trajetória de FHC fosse caracterizada por posturas progressistas e seu partido, o PSDB, colocasse-se ao centro, a coalizão vitoriosa na eleição de 1994 inclinava-se claramente à direita e abraçava o ideário resultante do Consenso de Washington. Por isso, ainda que FHC tenha introduzido inovações e mudanças institucionais significativas na política de assistência social, seu governo caracterizou-se pela ambiguidade no que se refere ao papel do Estado. Seus mandatos foram pautados



pelo entendimento de que: (a) as políticas sociais deveriam priorizar as áreas de pobreza crônica; e (b) o papel mais importante caberia à sociedade – que assumiria as tarefas essenciais –, e não ao Estado. Não é por acaso que o programa considerado seu carro-chefe era denominado “Comunidade Solidária” e no seu período de governo o número de novas entidades privadas voltadas especificamente para a Assistência Social subiu para uma média anual de 500 registros por ano (KARRUZ; SÁTYRO; CUNHA, 2022). O resultado foi um conjunto fragmentado de ações e programas que operavam em uma perspectiva de proteção residual e de provisão de padrões sociais mínimos. Em consonância com o “espírito” neoliberal, a proteção social ficou subordinada aos ditames do ajuste fiscal e as políticas institucionalizadas não correspondiam à proteção social universal estabelecida pela Constituição de 1988 (SÁTYRO; CUNHA, 2014).

Seria nos governos Lula, após a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que uma política nacional – alicerçada na estruturação de um Sistema Único de Assistência Social e em um programa de transferência condicionada de renda – substituiria a oferta fragmentada de programas de proteção. De um lado, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, abandonou o foco nos “públicos-alvo”, para estabelecer “que a proteção social deve ser concedida a todos aqueles que vivem em condições sociais precárias, independentemente do seu grupo social, mas sim com base no seu nível de exposição ao risco” (SÁTYRO; CUNHA, 2014, p. 99). Na sequência, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS-2005) definiu um marco regulatório que possibilitou a execução de uma política nacional, por meio da cooperação entre Governo Federal, Estados, Distrito Federal e municípios. De outro lado, o Programa Bolsa Família – criado a partir de programas do governo FHC que geravam desperdício e exclusão por não se comunicarem entre si – tornou-se o maior programa de transferência de renda condicionada da história do Brasil e do mundo (SÁTYRO; CUNHA, 2014).

Finalmente, a influência da ideologia sobre a política de assistência social ficaria ainda mais evidente a partir de 2016, nos governos Temer e Bolsonaro. No primeiro caso, cabe destacar a proposição pelo governo e a aprovação pelo Congresso da Emenda Constitucional nº 95, que impede o crescimento dos gastos primários do governo acima da inflação. Com validade de 20 anos, a Emenda submete a política social ao garrote do ajuste fiscal. Sob Bolsonaro o quadro se agravou. O Ministério do Desenvolvimento Social foi extinto e suas atribuições transferidas para o Ministério da Cidadania, no qual, inicialmente, a política social se misturava com questões ligadas ao trabalho, à cultura e ao esporte. As atribuições desse ministério, bem como de seus ministros, mudaram com o tempo, mas o retrocesso na política de assistência social foi uma constante. Como destacam Campello e Brandão (2021): (a) o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foram extintos; (b) a Política Nacional de Assistência Social sofreu violenta diminuição dos repasses do governo federal aos municípios; (c) o acesso da população

ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi dificultado, o que gerou enorme diminuição no número de benefícios; e (d) os valores do Programa Bolsa Família foram mantidos congelados ao nível de 2016, enquanto a fila de acesso crescia. Não é por outra razão que o Brasil voltou ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), com os níveis de pobreza recuando ao patamar de 15 anos atrás.

## Conclusão

### Principais pontos deste capítulo

- Definição do conceito de ideologia.
- Apresentação dos significados de esquerda e direita, tendo como questão-chave o papel do Estado e do mercado no tratamento dado à desigualdade.
- Análise das alterações na relação entre Estado e mercado nas sociedades contemporâneas.
- Posicionamento dos principais partidos brasileiros na escala esquerda/direita e na discussão acerca do papel do Estado.
- Análise de como governos de diferentes concepções ideológicas influenciaram a política de assistência social no Brasil.

### Para refletir

- Você considera que a distinção esquerda/direita ainda é válida nas sociedades contemporâneas?
- Pensando no Brasil, em que sentido a mudança nas relações entre Estado e mercado ajuda a entender os limites do período em que o PT esteve à frente do governo?
- Procure analisar os programas “Comunidade Solidária” e “Bolsa Família”, dos governos FHC e Lula respectivamente. Quais as principais diferenças que você observa?
- Para além da política de assistência social, em que outra área você seria capaz de apontar distinções entre as políticas seguidas pelos diferentes governos brasileiros?

## Referências

AMOÊDO, João. *Programa de governo 2019/2022*. s.d. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000607640//proposta\\_1534522080782.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000607640//proposta_1534522080782.pdf). Acesso em: 2 fev. 2023.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BOULOS, Guilherme; GUAJAJARA, Sonia. *Programa da Coligação “Vamos sem medo de mudar o Brasil”*. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016//proposta\\_1533565462424.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016//proposta_1533565462424.pdf). Acesso em: 2 fev. 2023.

CAMPELLO, Tereza; BRANDÃO, Sandra. *Políticas sociais sob Bolsonaro: rumo à década de 1990*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/2021/01/13/politicas-sociais-sob-bolsonaro-rumo-a-decada-de-1990/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

KARRUZ, Ana Paula; SÁTYRO, Natália; CUNHA, Eleonora S. M. State Presence in Brazilian Assistance Services: Effects on the Creation of Nonprofit Private Providers. *Brazilian Political Science Review*, v. 16, 2022.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Rovira. *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2014.

MAIR, Peter. Representative versus responsible government. In: MAIR, Peter (Ed.). *On Parties, Party Systems and Democracy*. Colchester: ECPR Press, 2014.

MELO, Carlos Ranulfo. A Câmara dos Deputados pós-2018: o que mudou? In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fabio; MARONA, Marjorie (Ed.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

NORRIS, Pippa. Varieties of populist parties. *Philosophy and social criticism*, v. 45, n. 9-10, p. 981-1012, 2019.

PT – Partido dos Trabalhadores. Propostas para enfrentar o coronavírus e retomar o crescimento econômico. *PT*, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/tag/notas-oficiais/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SÁTYRO, Natália; CUNHA, Eleonora S. M. The Path of Brazilian Social Assistance Policy Post-1988: the Significance of Institutions and Ideas. *Brazilian Political Science Review*, v. 8, n. 1, p. 80-108, 2014.

SCHAFER, Armim; STREECK, Wolfgang. *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

UNIÃO BRASIL. Manifesto do União Brasil. *União Brasil*, s.d. Disponível em: [https://uniaobrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/02/BOOK-148x210mm-Manifesto\\_Uniao\\_BRASIL.pdf](https://uniaobrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/02/BOOK-148x210mm-Manifesto_Uniao_BRASIL.pdf). Acesso em: 2 fev. 2023.

## Carlos Ranulfo Melo

É professor titular (aposentado) do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Estudos Legislativos. É autor de *Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados* (Editora UFMG), coautor de *Governabilidade e Representação Política na América do Sul* (Konrad-Adenauer/UNESP) e coeditor de *La Democracia Brasileña: Balance y Perspectivas para el Siglo XXI* (Universidad de Salamanca).

Contato: carlos.ranulfo@yahoo.com.br